

**José Mauro Matheus Loureiro e
Daniel Maurício Viana de Souza**

José Mauro Matheus Loureiro possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (2006). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, consultor ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pesquisador colaborador da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador colaborador do Museu de Astronomia e Ciências Afins, e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Daniel Maurício Viana de Souza** é graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2004). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de PPGCI–IBICT/UFF (2007). Professor e Coordenador do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas. Dedicou-se a estudos vinculados a Museus, Coleções científicas, Memória e Patrimônio.

POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO OLHAR FOUCAULTIANO PARA A REFLEXÃO SOBRE AS CONSTRUÇÕES DE MEMÓRIA A PARTIR DOS MUSEUS DE CIÊNCIA

José Mauro Matheus Loureiro e Daniel Maurício Viana de Souza

Resumo

Propõe refletir acerca dos discursos museológicos considerando sua vinculação, na maior parte das vezes, às estratégias de controle disciplinar/institucional. Apresenta inicialmente conceitos-chave na obra de Michel Foucault inter-relacionados com a produção dos discursos produzidos e divulgados pelos espaços museológicos no que tange à ciência e tecnologia. Aponta para a formação de uma memória da C&T como instrumento de poder voltado para a criação de valores e princípios norteadores das diferentes esferas da vida social.

Palavras-chave: Museu de Ciência, Foucault, Informação, Memória

Abstract

Proposes a reflection about museum discourses considering its binding, in most cases, the control strategies disciplinary / institutional. It first presents key concepts in the work of Michel Foucault interrelated them with the production of discourses produced and disseminated by the museum in regard to science and technology. Points to the formation of a memory of S&T as an instrument of power toward the creation of values and guiding principles of the different spheres of social life.

Keywords: Science Museum, Foucault, Information, Memory

Introdução

Foucault, em momento algum analisou especificamente o museu, entretanto ao abordar as ‘formações discursivas’ possibilitou um vetor essencial para os estudos da inter-relação entre o espaço museológico e a memória social como um dos aspectos de construção do sujeito no âmbito do social. Nesse sentido, privilegamos o museu e seus contornos informacionais, no caso brasileiro em sua vinculação estatal, como uma possível ferramenta disciplinar para a elaboração e propagação de linhas gerais sustentadoras de uma memória da ciência e tecnologia construída através dos objetos/documentos musealizados.

1.

A partir do século XVIII, percebe-se o corpo humano como objeto e alvo de poder, ou seja, desenvolve-se o princípio da “docilidade” ou do “corpo dócil” que é submetido, transformado e utilizado sem que haja resistência. Os métodos de controle e de operação dos corpos e sujeição de suas forças serão propiciados por meio das ‘disciplinas’. Para Foucault (2004, p. 119), as ‘disciplinas’ constituem fórmulas gerais de dominação, não por uma ação coercitiva direta de apropriação dos corpos, mas sim por relações que ao mesmo tempo os tornam tanto mais obediente quanto útil.

Esta nova “anatomia política” constrói-se por meio de um processo que envolve múltiplos elementos da esfera institucional, tais como: escolas, hospitais, órgãos militares, dentre outros. Ainda que não haja sido citado por Foucault, o museu pode ser aqui relacionado de acordo com os pressupostos descritos, já que operando organizadamente em bloco e de acordo com demandas conjunturais, será capaz de imputar uma postura controladora aos indivíduos na esfera social sem que se faça senti-la. Uma diversificada gama de estratégias é desenvolvida a fim de exercer o controle sobre, por exemplo, o tempo das atividades do sujeito social. Há uma “capitalização” do tempo dos indivíduos que reflete os princípios de controle e utilização, em uma temporalidade linear e evolutiva que estaria intrinsecamente ligada a um modo específico de funcionamento do poder.

Embora tenha havido uma forte estatização dos mecanismos disciplinares representados por instituições oficiais, o poder disciplinar não pode ser identificado em uma instituição ou um aparelho concreto em particular. O poder aqui referido configura-se, como propõe Portocarrero (1994), em uma tecnologia difusa inserida em uma complexa relação de representações institucionais múltiplas. Como contrapartida do poder jurídico-militar nas sociedades modernas, o poder disciplinar representaria um exemplo determinante de um processo histórico

de fabricação do sujeito, onde no entrecruzamento de discursos que postulam a “verdade” da experiência, as disciplinas seriam as práticas e mecanismos de regulação do comportamento e da subjetividade.

O sujeito, na percepção de Foucault, deve ser considerado sempre como resultado ou efeito das **‘formações discursivas’** que se dão em meio a relações de poder. Toda sociedade humana, como uma construção histórica, seria balizada por práticas discursivas determinadas. Ao estender os fatos da história ao domínio do não-linear e descontínuo, Foucault suspende também toda possibilidade de leitura das formas imediatas da continuidade discursiva, preparando terreno para uma análise de todas as formas de irrupções possíveis em cada momento do discurso. Uma característica forte do discurso é que ele repousa sempre em um “já dito” - fatos de discursos anteriores que se entrelaçam em um relacionamento complexo onde se definem as regras de existência e prática dos enunciados presentes nas formações discursivas. Tais enunciados por sua vez, seriam partes elementares do discurso. É no vasto domínio constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos em sua dispersão de acontecimentos, onde se construirão os nós que darão coerência no interior das tramas constituintes das redes discursivas. Trazer à tona, por meio de uma análise discursiva, o espaço onde se constituem os enunciados é, na verdade, descrever jogos de relações interiores e exteriores. Este olhar sobre as relações indica, por assim dizer, o acionamento de uma memória que possibilita ler nas irrupções e descontinuidades arrolamentos que jamais seriam possíveis no domínio unicamente interno de um determinado enunciado.

O objeto do discurso, por sua vez, difere em cada época, cada sociedade, cada nicho de relações em que se desencadeiam as próprias condições de sua formação. Inicialmente é necessário marcar as “superfícies primeiras” de emergência de tais objetos e saber que, para definir aquilo sobre o qual o discurso se debruça, é necessário adotar um prisma de análise sobre as dispersões, descontinuidades e os limites onde podem vir a se manifestar. Analisar o discurso é considerá-lo em sua materialidade, ou seja: negar-se à interpretação daquilo que ele não diz. Tal não impede, contudo, de nos defrontarmos com nosso passado histórico de forma crítica, sabendo que a partir de uma possível revisão de suas verdades estabelecidas podemos perceber a não evidência de nossa realidade presente tão aparentemente manifesta. Abordadas a partir da perspectiva das descontinuidades históricas, as práticas discursivas apontam efetivamente para um jogo onde a produção do saber se encontra inserida diretamente em relações sociais de poder.

O discurso a partir do momento em que pode ser o veículo para uma verdade respaldada sobre um saber científico, acaba por se emaranhar em teias de relações complexas de poder que se encontram difusas na estrutura social. A análise dos

diversos mecanismos e procedimentos de regulação do discurso, espalhados sob a forma de micropoderes locais e específicos - bastante eficazes no “gerenciamento” do pensamento e comportamento das populações - permite verificar a pertinência da disciplina, ou poder disciplinar, no “princípio de controle da produção do discurso”.

2.

O desenvolvimento da ciência moderna e sua posterior associação à tecnologia desempenhou papel fundamental para a expansão quantitativa e qualitativa da produção industrial, demonstrando o forte vínculo existente entre as noções de saber e poder. Fato este que relacionaria o saber e a produção científica intrinsecamente à “produção de representações úteis ao domínio material do mundo e de um discurso simbólico legitimador” (FOUREZ, 1995, p. 163). Os museus de ciência, neste contexto, desenvolvem-se como um dos *loci* privilegiados para a construção de discursos acerca das potencialidades da ciência em sua pretensa neutralidade objetiva.

O advento da ciência moderna, na perspectiva de Foucault (2005, p. 165) encontra-se intrinsecamente relacionado às mudanças do papel do Estado na modernidade. Novas relações estratégicas que começam a se delinear frente a segmentos funcionais da sociedade, forjariam a face desta nova ciência na qual o conhecimento e o saber, como conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável, se tornaria algo público. Desta maneira, o autor qualifica o surgimento das ciências, em geral, como elemento de uma determinada formação discursiva que teria justamente como anteparo o saber. Não por acaso, o conceito de museu agregado às instituições de interesse público também resulta destas novas reações estratégicas conjugadas as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas que vêm a alimentar uma espécie de vínculo com o Estado até os dias atuais. A organização dos saberes sob o olhar disciplinar – que caracteriza esta ciência sob a égide do Estado, ou como um saber estatal – implica simultaneamente, em um modo de relacionamento entre saber e poder, no qual se estrutura uma nova regra de saber, que não é exatamente a regra da verdade, mas a regra da ciência: verdade condicionada a uma perspectiva de base política “produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Toda busca para a compreensão do estabelecimento de determinado saber ou determinada positividade – como é o caso da ciência moderna – deve passar pela análise das condições que possibilitaram estas formações discursivas se instituírem

em detrimento de outra ordem de discurso. No que tange ao museu de ciência, é necessário reconhecer alguns elementos componentes das práticas discursivas museológicas, no intuito de estabelecer o perfil histórico dos pressupostos científicos ali descritos: dispersões, relações, defasagens e níveis de regularidade não evolutiva.

3.

Paul Veyne (1998, p. 18-19), afirma que existe muito de romance na escrita histórica. Tal afirmativa torna-se mais clara a partir do momento em que começamos a percebê-la como uma narrativa. Assim considerando, a história “não faz reviver os eventos do passado”, mas como num romance, “seleciona, simplifica e organiza” determinados eventos. Esta apropriação dos fatos de determinada ordem e momento implica em (re)significações, com vistas a tornar acessíveis e inteligíveis tais eventos, a partir de uma linguagem narrativa. Dessa forma, a história lançaria mão de estratégias de produção de fatos que implicariam necessariamente na subjetividade dos que dela se debruçam. O conceito de **historicidade** é o alicerce fundamental para a compreensão da história enquanto disciplina ou saber. A historicidade, segundo Jameson (1991, p. 235), não se constitui representação do passado ou do futuro, mas “percepção do presente como história”.

Em primeira instância, o conceito de história em Foucault é compreendido a partir de uma visão crítica da noção de temporalidade como um contínuo. A idéia de que os acontecimentos históricos seguem um curso linear é rechaçada em favor da aceitação dos fatos de interrupção nos processos de historicidade. O descontínuo deixa de ser um problema ou uma dificuldade que deve ser afastada da pesquisa histórica passando a ocupar um papel fundamental tanto como objeto quanto instrumento da pesquisa. O foco central da investigação histórica se desloca então das grandes unidades de tempo - como “épocas” ou “séculos” que dariam a idéia de grandes continuidades - para as zonas limites ou os recortes. Na perspectiva foucaultiana, onde o tempo deve ser entendido como uma sucessão de descontinuidades, a história de conceitos e saberes não pode ser estudada sob o signo de uma evolução ou progresso racional - a tradição no trato da ciência, por exemplo.

O museu, independente de sua tipologia, lida sempre com discursos amparados na história, ou seja: a condição prévia para a construção dos discursos museológicos encontra-se presente nas linhas de historicidade e reconstruções narrativas de determinados contextos ou eventos. No caso específico dos museus de ciência, suas proposições advindas do discurso científico - afirmado como formulação racional e objetiva - não excluem uma narrativa essencialmente histórica. Cumpre

questionar, segundo Pessanha (1988), o teor dessa historicidade a qual deveria ser “viva” no sentido de deixar clara todas as defasagens, diferenças, descontinuidades e rupturas características do processo histórico que estarão relacionadas a estas discursividades da ciência apresentadas sob a linguagem museológica. Acresce a isso o fato das (re)construções narrativas dos museus serem apresentadas a partir, fundamentalmente, de objetos recobertos de contorno testemunhal e documental. O reconhecimento de Foucault das dificuldades de se apreender as descontinuidades inerentes ao processo histórico representa, igualmente no âmbito museológico problemática complexa, tornando pertinentes discussões e estudos na tentativa de analisar a questão da representação de contextos e perspectivas dos saberes da ciência.

4.

É comum nas pesquisas científicas que envolvem qualquer caminhar sob a historicidade, considerar os documentos como representantes fidedignos das verdades que emanariam do passado. Mais do que buscar nos documentos evidências através de um trabalho interpretativo, o pesquisador deve tentar traçar a rede conjuntural onde este documento foi tecido, para que assim seja possível delinear as relações da qual fez parte este elemento documental. Somente desconstruindo a idéia tradicional de documento enquanto instrumento privilegiado e legítimo do trabalho da história é que seria possível desarticular a noção de história como representação de monumentos do passado. A história defendida por Foucault desenha justamente o caminho inverso, onde os documentos são transformados em monumentos da história, ou como propõem Le Goff (1996) “documento/monumento”, capazes de desfazerem a freqüente e errônea confluência entre história e memória.

A noção de documento/monumento é paralela à perspectiva foucaultiana da história por ser esta noção considerada como produto das relações de força e poder existentes nas sociedades em que surgiram. A construção da memória – facultada a história na qualidade de disciplina competente para tal tarefa – se dá através de escolhas e recortes operados através dos documentos. É no reconhecimento de que estes recortes e escolhas são subjetivos e podem responder a condições de interesses em jogos de poderes que se dará esta construção do documento como monumento. Todo monumento é intencionalmente construído, para fazer lembrar ou não deixar esquecer, em um sentido de reverenciar alguém, alguma instituição ou mesmo um ideal - uma representação de poder que se busca perpetuar simbolicamente. O que transformaria o documento em um monumento seria então, sua utilização pelos mecanismos de poder.

A “intencionalidade” da atribuição do valor de prova ou testemunho a objetos musealizados em si só já seria suficiente para denotar a função documental do museu. O processo de musealização é emblemático de todo este aparato técnico e teórico de consagração de um objeto como representante autorizado de um determinado fato ou fenômeno em sua latência informacional.

5.

O museu é terreno propício para o desenvolvimento de aspectos relacionados à **informação** considerada insumo cultural, sobretudo considerando-a, assim como Buckley (1983, p. 603), não simplesmente um objeto ou ente, mas inerentemente relacional, de maneira que seu significado é estabelecido em conjuntos de interação social. Na perspectiva de Maroevic (2000, p. 6) o objeto musealizado é “elemento de informação básico do conhecimento humano” sendo a relevância atribuída aos aspectos semânticos no seu processamento técnico que garantirá que a informação no âmbito do museu possa assumir o papel de elemento estrutural capaz de possibilitar a construção e interpretação da realidade social. É preciso, porém, atentar às potencialidades **intencionalmente documentais** do objeto musealizado.

No interior do social podemos alocar a questão da informação sobre diversos aspectos, sobretudo em seus contornos contemporâneos forjados pelas necessidades institucionais de gestão dos saberes. Nesta perspectiva a informação, na qualidade de recurso estratégico (JARDIM, 1998, p. 14), assume papel central nos diversos campos de interesse do poder estatal. O elo de ligação entre a informação e as questões referentes a políticas públicas de informação – que por seu turno estariam associadas as políticas de ciência e tecnologia – se daria, segundo González de Gómez (2002, p. 27), por sua inclusão na esfera de interesses do Estado, não só como um problema de racionalidade administrativa, mas fundamentalmente como insumo estratégico. Considerando que em última instância o objeto e o objetivo de qualquer esforço e ação advindos do Estado seria o cidadão, a informação construída e difundida a partir de instâncias vinculadas ao poder estatal teria caráter público, além de certa intenção de formação/formatação do público. Sob esta perspectiva de publicização, se encontra presente a relevância da instituição museológica e suas práticas informacionais.

Vincular as potencialidades informacionais inerente aos museus – sobretudo no que tange as práticas expositivas – às condições determinantes dos interesses e premissas do Estado, poderia acarretar em não contemplar a realidade social, em toda sua heterogeneidade. O resultado desta postura implicaria diretamente na percepção imprecisa da complexidade que recobre os aspectos referentes à memória social.

Considerações Gerais

A questão da informação nas sociedades contemporâneas se apresenta cada vez mais como problema estratégico nas diversas áreas de interesse e atividade direta ou indireta dos grupos hegemônicos, sejam da esfera estatal, com vistas a sistemas político-decisórios, ou nas demais esferas sociais, como na ordem ‘cultural’, por exemplo. Geradas e distribuídas por agentes produtores, organizadores e disseminadores, a informação é atualmente insumo para expressões de memórias. Sob a tutela de aparelhos estatais, as informações são matérias-primas para a construção de memórias institucionalizadas, implicando em domínios de saber e discursos legitimadores das práticas do Estado. Segundo Foucault, as formas institucionais de produção de memória podem ser consideradas dispositivos de poder que agem diretamente no domínio da subjetividade.

A inserção da ciência, como expressão máxima do conhecimento, na problemática da informação sob a rubrica institucional, acompanha uma série de aspectos da relação saber-poder. O museu ao produzir informações balizadas nos saberes da ciência, trabalharia domínios de interesses de poder. Por meio da exposição museológica, como categoria de construção de discursos através da articulação de enunciados da ciência, o museu desenvolve suas relações entre sujeito/público e objeto. Vale lembrar que o objeto musealizado possui uma trajetória histórica, estando em permanente resignificação sempre de acordo com seu contexto relacional. Em uma exposição museológica a narrativa construída a partir destes objetos deveria se respaldar nestas relações contextuais e não na fisicalidade pura e simples do objeto, nem tampouco, no fluxo contínuo da historicidade, sob pena de esvaziamento do significado da ação dos próprios sujeitos sociais. É fundamental perceber a questão da temporalidade do sujeito histórico, na tentativa de compreensão das condições que possibilitaram o surgimento de determinado acontecimento ou produção na história.

Consideramos de maneira geral, o museu sobre a égide estatal, um projeto político, e que a informação gerada e difundida a partir dele é permeada por determinantes destas vertentes político-institucionais. As possibilidades de contribuição das perspectivas foucaultianas para o estudo dos museus se ancorariam fundamentalmente nas suas proposições de abordagem das práticas discursivas em suas condições de possibilidade de surgimento e os efeitos sobre as formações e transformações dos saberes museológicos e suas implicações na construção dos quadros da memória social. O ponto de convergência entre a arqueologia e a genealogia foucaultiana – que se dá na crítica aos discursos institucionais, diretamente relacionados com questões de produção de saber e relação de poder

– traria aos horizontes dos museus a possibilidade de refletir sobre suas práticas informacionais, percebendo a existência dos sujeitos em suas relações e práticas sociais.

Referências

- Buckley, Walter (1983), "Signals, Meaning, and Control In Social Systems", in Machlup, F. e Maustield, U. (orgs), *The Study of Information Interdisciplinary Menages*, USA: John Wile & Jons Inc.
- Foucault, Michel (1979), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (1996), *A ordem do discurso*, São Paulo: Loyola.
- _____ (2004), *Vigiar e punir*, Petrópolis: Vozes.
- _____ (2005), *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro: Forense.
- Fourez, Gérard (1995), *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*, São Paulo: UNESP.
- González de Gómez, Maria Nélide (2002) "Novos cenários políticos para a informação", *Ciência da Informação*, Brasília, 31(1).
- Jameson, Frederic (1991), *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Ática.
- Jardim, José Maria (1998), *Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do estado brasileiro*, Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro. Orientador: Maria Nélide González de Gómez.
- Le Goff, J. Jacques (1996) "Documento/Monumento", in *História e Memória*, Campinas: Unicamp.
- Maroevic, Ivo (2000) "Museology as a field of knowledge", in *Study Series 8*, ICOM International Committee for Museology-ICOFOM. Belgium.
- Pessanha, José Américo Mota (1998), "A retórica dos museus", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p 8.
- Portocarrero, Vera (1994), "Foucault: A história do saber e das práticas", in _____ (org), *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*, Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Veyne, Paul Marie (1998), *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.